

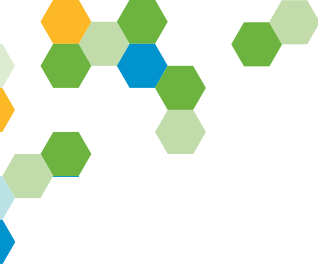


RELATÓRIO ESPECIAL

# Qual será o próximo cenário na Venezuela?

Madrid, agosto 2016

**d+i** desenvolvendo  
ideias  
LLORENTE & CUENCA



1. INTRODUÇÃO: ATUAL SITUAÇÃO DA VENEZUELA
2. QUAL O EMBATE ENTRE O GOVERNO E A OPOSIÇÃO NO CONTEXTO DA CRISE?
3. O QUE VAI ACONTECER NA VENEZUELA? POSSÍVEIS CENÁRIOS
4. CONCLUSÕES

## I. INTRODUÇÃO: ATUAL SITUAÇÃO DA VENEZUELA

Tudo parece indicar que há um processo político de mudança irreversível na Venezuela. As grandes questões parecem ser quando e como acontecerá. Para aprofundar a análise do que pode ocorrer em 2016, é necessário traçar um breve relato sobre desde quando essa mudança vem sendo produzida, antes de aterrissar com maior precisão sobre a situação atual.

### PRIMEIROS INDÍCIOS CLAROS DE MUDANÇA

Trinta e nove dias após a morte do presidente Hugo Chávez, em 5 de março de 2013, foram realizadas novas eleições presidenciais na Venezuela, nas quais disputaram o atual presidente, Nicolás Maduro, candidato governista, e o governador do Estado de Miranda, Henrique Capriles Radonski, representante da oposição denominada Mesa da Unidade Democrática (MUD). Ainda que nestas eleições o Poder Eleitoral da Venezuela tenha anunciado como vencedor o atual presidente Nicolás Maduro, é certo que a diferença na margem de votos foi muito pequena (aproximadamente 1,5%), o que levou a oposição a ignorar o resultado e solicitar uma recontagem dos votos, com a verificação dos cadernos eleitorais, pedido que não foi levado adiante.

É relevante não é apenas a questionável eleição para alcançar a presidência, mas a mensagem enviada pelo povo por meio de seu voto, já que o governismo perdeu, em apenas seis meses, cerca de 700 mil votos em relação à eleição presidencial de outubro de 2012, quando Chávez foi eleito. Desde 2013, o povo da Venezuela vem dando sinais que apontam a busca de uma mudança política.

O maior detonador da crise tem sido a queda dos preços do petróleo. Essa diminuição dos valores fez com que emergissem todas as ineficiências do modelo implementado, e por elas o povo da Venezuela, especialmente aquela parcela com menor poder aquisitivo, acaba pagando um alto custo.

Depois de a Venezuela ter obtido as maiores receitas do petróleo de sua história, essa prolongada lua de mel dos últimos anos (quase uma década) que o povo havia experimentado com a chamada “revolução bolivariana” chegou ao fim.

**“As forças de oposição reunidas na MUD foram capazes de capitalizar o descontentamento nas eleições parlamentares”**

#### OS PRIMEIROS EFEITOS DA QUES- DA DOS PREÇOS DO PETRÓLEO

A primeira expressão do descontentamento político e social foi promovida em 2014 por dirigentes políticos como Leopoldo López, María Corina Machado, e pelo prefeito Antonio Ledezma, em conjunto com um grupo de estudantes, criando uma proposta chamada “A Saída”. Essa iniciativa buscava discutir com os venezuelanos a profundidade da crise, alertar que esta se tornaria pior se não fossem tomadas medidas corretivas e sugerir a saída do presidente Nicolás Maduro do poder, por meio do uso de um mecanismo constitucional, que poderia ser a renúncia, o referendo revogatório, a emenda para redução do mandato presidencial ou a realização de uma Assembleia Nacional Constituinte.

O início de protestos pacíficos teve início no dia 12 de fevereiro de 2014, na capital, Caracas, e nas principais cidades da Venezuela, com a participação maciça dos cidadãos. Nessas manifestações pacíficas, duas pessoas morreram assassinadas, o que continuou desencadeando protestos.

O governo de Nicolás Maduro decidiu prender o líder político do Partido Vontade Popular, Leopoldo López, que segue detido em prisão militar. Leopoldo López converteu-se em um preso político muito

representativo da região. As organizações ligadas à ONU declararam que se trata de uma detenção arbitrária e solicitaram sua libertação. A Anistia Internacional o declarou um “prisioneiro de consciência”, e vários líderes mundiais, incluindo os presidentes dos EUA, Barack Obama, e da Espanha, Mariano Rajoy, entre outros, têm pedido sua libertação.

O relatório Protestos e Direitos Humanos, edição de fevereiro-maio, publicado por várias organizações de direitos humanos na Venezuela, liderado pelo Programa Venezuelano de Educação-Ação em Direitos Humanos (PROVEA), afirma que o país está vivendo o período de maior número de detenções dos últimos 25 anos. Em fevereiro de 2015, o prefeito Ledezma também foi preso.

Em 2015, a crise econômica começou a aprofundar-se, marcada pela alta inflação (aproximadamente 180%, a mais alta do mundo) e pela escassez de alimentos e remédios, principalmente. As forças de oposição reunidas na MUD foram capazes de capitalizar o descontentamento nas eleições parlamentares realizadas em dezembro de 2015. A oposição conquistou 2/3 da Assembleia Nacional (112 de 167 deputados), confirmando a vontade de mudança do povo da Venezuela.

**“A pobreza medida pela renda chegou a 76% em 2015 e supera o nível registrado em 1989 (58%)”**

Uma vez conhecido o resultado, em dezembro de 2015, a Assembleia Nacional derrotada, controlada pelo partido do poder, apressou-se em nomear novos juízes do Supremo Tribunal de Justiça.

#### A NOVA ETAPA EM 2016

Embora Nicolás Maduro tenha reconhecido, em 2016, os resultados eleitorais da eleição parlamentar, na prática, todas as leis aprovadas até agora pela Assembleia Nacional foram bloqueadas judicialmente. Assim, a possibilidade de exercer o poder de controle sobre a administração pública tem sido quase eliminada ao ser severamente limitada.

O primeiro semestre de 2016 foi marcado por uma clara desaceleração da economia venezuelana, pela alta inflação, pela crise humanitária, consequência da escassez de produtos básicos, incluindo medicamentos, e pelo crescimento da pobreza. Tudo isso acompanhado por um quadro crescente de mal-estar social, com protestos diários em todo o país, repressões e prisões de dissidentes, escândalos de corrupção, ausência de institucionalidade, pela erosão da estrutura democrática e por uma forte queda na popularidade de Maduro, fatores que fazem com que as condições de governabilidade se tornem mais complexas em 2016.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) estima que a economia mais afetada na região será a da Venezuela, com projeção de retração econômica de cerca de -10%. O cenário econômico se complica ainda mais com o risco de default pelo endividamento voraz que o país tem registrado nos últimos anos, com déficit fiscal superior a 17% do PIB. A inflação estimada pelo FMI para este ano na Venezuela seria de cerca de 700%, e de 2.200% no próximo ano.

De acordo com a Cepal, o índice de pobreza na Venezuela avançou de 25,4% para 32,1%, e em toda a região permanece estagnada em 28%. No entanto, um estudo realizado por algumas universidades da Venezuela (Universidade Central, Simon Bolívar e Universidade Católica), denominado Encovi, enfatiza que a pobreza medida pela renda chegou a 76% em 2015 e supera o nível registrado em 1989 (58%), quando se deu o Caracazo (episódios de saques motivados pela crise econômica daquela época). Portanto, a queda dos preços do petróleo na Venezuela, a ausência de políticas econômicas e ajustes no primeiro semestre de 2016 indicam que o crescimento da pobreza continuará severo em 2016.

**“88% dos que se consideram “chavistas” têm uma visão pessimista do quadro atual”**

Além disso, a falta de alimentos tem se agravado, e as longas filas para tentar conseguir alimentos básicos já fazem parte da rotina dos venezuelanos. A cada dia se somam mais protestos de venezuelanos que não conseguem encontrar comida.

Diante desse cenário de agitação social, a Venezuela experimenta um aumento da polarização e da repressão, tudo o que aprofunda a crise econômica e social no país.

Parece que esse novo panorama anuncia o começo do fim de uma etapa, que será conduzido pela crise econômica e, sem dúvida, trará efeitos sobre o cenário político e muito possivelmente sobre o plano eleitoral na Venezuela. A isso se soma a fraqueza institucional e a falta de liderança de Maduro para enfrentar esse novo ciclo, tendo em conta a divisão dentro do próprio círculo governista, que lida com um fator-chave para dissociar o poder do presidente, mas com o objetivo, ao menos por enquanto, de preservar a “revolução”.

#### A CRISE EM NÚMEROS

Para reafirmar esse espírito de mudança, é conveniente ter em conta as últimas pesquisas de opinião realizadas recentemente por dois institutos reconhecidos na Venezuela:

Datanálisis e Venebarómetro. Ambas as sondagens coincidem na projeção de que a situação é insustentável e a popularidade de Maduro se encontra em baixa, podendo continuar a deteriorar-se.

O Datanálisis, em sua mais recente pesquisa nacional, realizada em maio, destaca que 94,6% dos venezuelanos classificam a situação no país hoje como negativa, um recorde histórico. Desse número, 88% dos que se consideram “chavistas” têm uma visão pessimista do quadro atual.

Quando indagados sobre como avaliam a situação do abastecimento na Venezuela, 96,4% a consideram negativa, e 65,9% atribuem isso ao controle de preços. Mais: 72% não acreditam que a escassez se deva a guerra econômica ou sabotagem, como o governo vem denunciando.

Diante da pergunta sobre como os venezuelanos veem o governo do presidente Nicolás Maduro, 74,2% o avaliam de modo negativo – e vale destacar que esse percentual inclui 22% dos que se identificam com o “chavismo”. Essa avaliação negativa também constitui um recorde histórico. E diante da pergunta sobre o nível de confiança em

**“A MUD consideram que a única maneira de resolver a crise na Venezuela é com a saída de Maduro”**

Maduro para resolver a crise, 77% afirmam não confiar no presidente, o que inclui os cerca de 22% identificados com o atual governo.

Por outro lado, de acordo com Datanálisis, quando se pergunta aos venezuelanos como avaliam a MUD, a coalizão de oposição, 58,6% a veem de forma positiva, enquanto 23,9% apoiam o partido oficial, o Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV).

Os líderes opositoristas Leopoldo López, Henrique Capriles e Henry Ramos recebem o dobro de aprovação ante o índice do presidente Maduro. Um total de 41,6% se identifica como de oposição, ante 23,8% que se consideram “chavistas”.

Os dados apresentados mostram o período de incerteza que a Venezuela atravessa com o atual presidente. É preciso esperar para ver se Maduro retoma o curso para o bem-estar ou se o povo venezuelano deve buscar uma saída para suas crises na ordem política, econômica e social.

Na sequência, avalia-se a atual luta pelo poder entre os blocos de oposição e pró-governo no âmbito da crise econômica e social, as oportunidades e fragilidades de cada um e os possíveis cenários sobre o que ainda pode acontecer em 2016, tendo em conta o papel da comunidade internacional.

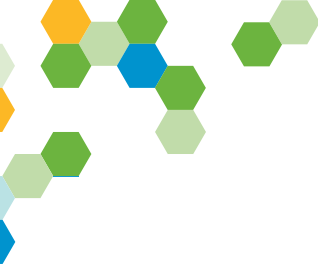
## 2. QUAL O EMBATE ENTRE O GOVERNO E A OPOSIÇÃO NO CONTEXTO DA CRISE?

### A ALTERNATIVA DE SAÍDA CONSTITUCIONAL DE MADURO EM 2016

À crise econômica e social existente na Venezuela somou-se, em 2016, o confronto aberto entre o Executivo Nacional e a nova Assembleia Nacional. A atual Assembleia Nacional pensou que, tendo em conta o desfecho da eleição parlamentar, Maduro faria uma leitura correta dos resultados do pleito para promover um encontro entre os venezuelanos. No entanto, a reação foi outra: desrespeito às decisões da Assembleia Nacional e ataques diretos a todos os seus integrantes.

Isso levou as forças de oposição a exigirem a saída do presidente do poder usando um mecanismo pacífico, eleitoral e constitucional como o referendo revogatório. Ou seja, ativar um mecanismo constitucional para que as pessoas decidam sobre a revogação ou não do mandato presidencial de Maduro.

Todos os partidos de oposição que compõem a MUD consideram que a única maneira de resolver a crise na Venezuela é com a saída de Maduro. Essa é a posição política endossada hoje por toda a oposição e, de certa forma, em apoio à tese política apresentada



**“Maduro tem utilizado, em primeiro lugar, as instituições como via para bloquear os esforços da oposição”**

por Leopoldo López, Antonio Ledezma e María Corina Machado, em 2014, com a já mencionada iniciativa “A Saída”. Apesar de todas as suas diferenças, a oposição reunida na MUD tem mostrado atuação unificada, com uma estratégia comum e, a partir da Assembleia Nacional, capacidade de desenvolver políticas unitárias a partir do poder.

A realização do referendo revogatório dependerá da capacidade da oposição de manter seu objetivo claro em todos os partidos que a compõem e de sua capacidade de mobilização para atingir a pressão necessária para sua execução. Até agora, embora a oposição tenha mostrado coesão em relação ao objetivo, precisará confirmar se esta se mantém. Por ora, a oposição não demonstrou força social consistente e massiva de mobilização que possa gerar pressão suficiente sobre o governo para a realização do referendo. Esse seria seu maior desafio neste momento. Todas as condições estão dadas para esse fim, mas, se não o fizerem, o governo tem maiores condições de frear o referendo.

#### **A FORTE CARTA DO GOVERNO GRAÇAS À SUA POSIÇÃO NO PODER**

Diante da ausência de apoio popular e com um novo Poder Legislativo contrário, o governo enfrenta um cenário não visto em 17 anos de “revolução bolivariana”. Para lidar com o agravamento da crise, o governo Maduro tem utilizado, em primeiro lugar, as instituições como via para bloquear os esforços da oposição, particularmente aqueles originados a partir do único poder independente que existe na Venezuela: a Assembleia Nacional. Para isso, tem se valido, principalmente, do Supremo Tribunal de Justiça e do Poder Eleitoral.

Por outro lado, para preservar o apoio das Forças Armadas Nacionais em torno de sua figura, tem cedido maior participação delas dentro da administração pública, chegando ao extremo de subordinar os outros ministérios ao Ministério da Defesa no trabalho de abastecimento do país. De fato, em dezembro de 2015 o presidente havia ordenado o regresso dos militares aos quartéis, mas seis meses depois a militarização da administração pública tem sido muito mais profunda e mais forte.

“Outro grande aliado do governo de Maduro tem sido o Poder Eleitoral na Venezuela”

Finalmente, sempre que a “revolução bolivariana” atravessou dificuldades, buscou resgatar a palavra “diálogo”, que, junto com a paz, goza de maior aceitação universal. Tem sido assim ao longo dos 17 anos da revolução, e em particular com Maduro, que em 2014, como uma fórmula para conter os fortes protestos, viu a necessidade de buscar o salva-vidas do diálogo, mas sem que isso produzisse nenhum resultado positivo para o país.

#### **a) O uso do Supremo Tribunal de Justiça**

O governo de Nicolás Maduro contou com a ajuda do Supremo Tribunal de Justiça para barrar as iniciativas desencadeadas pela oposição a partir da Assembleia Nacional. A primeira delas tinha a ver com a revogação da posse de três membros da oposição no Estado do Amazonas, a fim de quebrar a composição da nova Assembleia e evitar maioria qualificada de dois terços da oposição. Essa revogação foi feita por medida liminar, sem que até agora o julgamento tenha avançado nem tenham sido convocadas novas eleições. Do mesmo modo, emitiu sentenças que declararam inconstitucionais todas as leis aprovadas pela nova Assembleia, incluindo a Lei de Anistia para a libertação dos presos políticos e outras que têm limitado suas faculdades de controle, ao impedir a realização de interpelações de funcionários que fazem parte da administração pública nacional, a menos que

haja autorização do Executivo Nacional. Por conseguinte, a previsão é que Maduro continue a colaborar com o Supremo Tribunal de Justiça para que siga impedindo iniciativas da atual Assembleia.

#### **b) O uso do Poder Eleitoral para evitar o Referendo Revogatório**

O outro grande aliado do governo de Maduro tem sido o Poder Eleitoral na Venezuela, cujo corpo diretivo é formado pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE)

A partir da oposição se iniciou a proposta de ativar um referendo revogatório contra Maduro. A Constituição venezuelana prevê a possibilidade de cassar um funcionário eleito depois de ele haver cumprido metade do período para o qual foi eleito. No caso de Maduro, esse prazo expirou em 10 de janeiro de 2016. Os outros requisitos para ativar o referendo incluem reunir assinaturas de cidadãos, o equivalente a pelo menos 20% do eleitorado, ou seja, cerca de 4 milhões de assinaturas de venezuelanos inscritos no registro eleitoral declarando seu desejo de ativar o referendo.

Embora a Constituição seja clara em relação a isso, o Poder Eleitoral emitiu um regulamento para controlar o mecanismo do referendo revogatório e incluiu uma exigência não prevista na Constituição, como uma espécie de pré-condição, para dar início ao requisito dos



**“Um hipotético referendo não é atraente para a oposição porque, em caso de revogação, o atual vice-presidente se tornaria presidente”**

20%. Estabeleceu que, antes do recolhimento de assinaturas de 20% dos eleitores, seria preciso reunir 1% (aproximadamente 200 mil assinaturas) em um formato desenvolvido pelo Poder Eleitoral.

O Poder Eleitoral levou 48 dias para passar à oposição o formato para a coleta do 1%. Em tempo recorde, a oposição conseguiu recolher mais de 1,8 milhão de assinaturas. Uma vez alcançadas, o Poder Eleitoral teria apenas 5 dias para contabilizá-las, mas levou cerca de 40 dias, por criar etapas não previstas.

Finalmente, de 20 a 24 junho, foi convocado o processo de validação das assinaturas registradas, envolvendo a presença física das pessoas que haviam assinado no formato definido, mas agora tinham de ratificar sua vontade, pessoalmente, diante do corpo eleitoral. O Poder Eleitoral colocou menos pontos de validação que os exigidos em suas próprias normativas (300, em vez de 1.300). E mesmo com todos os obstáculos a oposição conseguiu mobilizar muitos venezuelanos para que pudessem validar suas assinaturas e alcançaram mais do que dobro necessário para atender ao 1% exigido – 409 mil assinaturas. Esse processo de validação terminou no dia 24 junho, e apenas em 2 de agosto o Poder Eleitoral certificou que a oposição havia coletado o 1% estabelecido e, portanto, teria o direito de pedir formalmente a ativação do referendo e a data

para recolhimento dos outros 20% de assinaturas. Assim, a grande luta nas próximas semanas será definir a data para a nova rodada dos 20%, os locais e o número de máquinas disponíveis para tal processo. A fixação dessa data será fundamental, pois dela dependerá a realização do referendo ainda este ano.

A realização do referendo em 2017 impactaria seriamente os dados e os fatos explicados. De acordo com a Constituição venezuelana, se o mandato de Maduro for revogado em 2016, novas eleições presidenciais deverão ser convocadas. Mas, se isso ocorrer em 2017, qualquer ausência absoluta do presidente seria suprida pelo vice-presidente no restante do mandato constitucional, ou seja, até 10 de janeiro de 2019. Portanto, um hipotético referendo não é atraente para a oposição porque, em caso de revogação, o atual vice-presidente se tornaria presidente. Em outras palavras, haveria uma sucessão dentro do “chavismo”.

De acordo com a Constituição venezuelana, um representante será destituído quando um número de eleitores superior ao daqueles que o elegeram votarem a favor da revogação de seu mandato – e desde que o quórum do referendo seja igual ou superior a 25% dos votantes registrados. No caso de Maduro, em um hipotético referendo, é preciso superar os 7,5 milhões de votos que ele obteve ao se eleger presidente em 2013.

“Uma alternativa que o governo poderia seguir seria a de dificultar o trabalho de recolhimento dos 20% de assinaturas que ativarão o referendo”

Segundo a pesquisa do Datanálisis, realizada em maio, 73,4% dos venezuelanos consideram que o atual presidente deve terminar seu mandato em 2016 ou ser afastado por um referendo. E, na hipótese de realização deste, 75% seriam a favor da revogação do mandato e 24,8% contra seu afastamento.

A última pesquisa do Venebarómetro, realizada em junho, indica que cerca de 62% da população estaria disposta a votar em um referendo, e desse total 88,4% o faria para revogar o mandato de Maduro. Ou seja, cerca de 10,7 milhões de pessoas estariam dispostas a antecipar o fim do mandato, o que supera o mínimo exigido pela Constituição.

#### **c) O que Maduro poderia fazer para atrasar ou impedir o referendo**

Se levarmos em conta os prazos previstos na própria normativa do Poder Eleitoral para a ativação do referendo revogatório, este poderia ser realizado ainda em 2016 – mesmo que, supostamente, fossem respeitados os prazos máximos. Com vontade política, esses prazos podem ser encurtados. Por exemplo, a lei sobre o referendo estabelece que ele deve ser realizado no prazo de 90 dias, uma vez recolhidas 20% das assinaturas necessárias. De fato, na Venezuela foram realizados

referendos nacionais e eleições nacionais em apenas um mês. Por exemplo, o referendo para aprovar a reeleição indefinida que garantiu novo mandato a Chávez, em 2009, foi aprovado pela Assembleia Nacional em 15 de janeiro, e realizado em 15 de fevereiro daquele ano. Além disso, 39 dias após a morte de Chávez, em 5 de março de 2013, as eleições presidenciais foram realizadas. Ou seja, é tecnicamente viável realizar um referendo em 2016.

Uma alternativa que o governo poderia seguir seria a de dificultar o trabalho de recolhimento dos 20% de assinaturas que ativarão o referendo. Poderia, por exemplo, não instalar o número de pontos de coleta necessários e suficientes para facilitar o processo, ou fazê-lo em lugares pouco povoados, assim como intervir nessas jornadas. Desse modo, a oposição não conseguiria o número mínimo de assinaturas requeridas, e, portanto, o referendo seria evitado.

Além disso, o governo de Maduro continua contando com o apoio do Supremo Tribunal de Justiça e poderia buscar uma decisão que paralisasse ou revertesse o processo. Poderia até mesmo, com ajuda do jurídico, declarar “ilegal” o partido “MUD”, que tem sido utilizado pela oposição para realizar os trâmites perante o Poder Eleitoral e, assim, anular o processo de coleta de 1% de assinaturas.

“Essas vozes críticas parecem confirmar uma possível divisão dentro do chavismo”

No entanto, é previsível que a oposição atinja o número necessário de assinaturas para desencadear o referendo, se o processo de coleta para alcançar os 20% for realizado de forma organizada e pacífica.

A pesquisa de junho da Venebarómetro indica que 58% dos eleitores estariam dispostos a assinar a petição contra Maduro para convocar um referendo, ou seja, cerca de 11,4 milhões de venezuelanos, bem acima da exigência mínima estipulada pela Constituição, de 4 milhões de assinaturas (20% do eleitorado). Cabe destacar que essa posição pró-referendo subiu significativamente, pois estava em 40% em fevereiro.

Isso poderia aumentar a divisão dentro do “chavismo”, que procuraria forçar uma saída negociada de Maduro para evitar um desgaste maior da chamada “revolução bolivariana”. O objetivo seria evitar o referendo. Será preciso observar como evoluirão as correntes dentro do próprio “chavismo”.

O militar aposentado Cliver Alcalá Cordones, que era muito próximo de Chávez, revelou publicamente sua rejeição às políticas de Maduro e falou abertamente a favor do referendo revogatório como um

mecanismo para superar a crise. Em tom mais moderado, porém duro, o ex-ministro Rodríguez Torres, também próximo de Chávez, tem sido um crítico constante das políticas lideradas por Maduro. Ex-ministros civis mais ligados a Chávez, como Jorge Giordani e Héctor Navarro, igualmente fizeram críticas contundentes à atual administração.

Essas vozes críticas parecem confirmar uma possível divisão dentro do “chavismo”, com, aparentemente, partidários à permanência de Maduro e apoiadores de sua saída, a fim de preservar a “revolução bolivariana” como força política de longo prazo.

#### **d) A crise sem referendo revogatório. E as eleições regionais?**

Este ano deveriam ser realizadas eleições regionais para eleger governadores dos Estados, cujo mandato expira este ano. Estas eleições ainda não foram convocadas pelo Poder Eleitoral. Além disso, se nas eleições regionais o “chavismo” perder apoio, é previsível que isso aumente o debate interno.

A oposição deve ser firme em manter sua proposta central de saída constitucional e, no caso

“Maduro voltou a levantar a possibilidade de um diálogo com a oposição, de maneira oficial, sem imposição de condições”

de serem convocadas eleições regionais, usá-las para potencializar seu grande objetivo. Caso contrário, a base opositora fará fortes reivindicações aos dirigentes reunidos no Movimento Unidos pela Venezuela (MUV).

#### **e) O diálogo como salva-vidas da revolução**

Ao longo dos últimos 17 anos, cada vez que a “revolução bolivariana” se deparou com dificuldades, defendeu o diálogo para estabilizar a situação temporariamente. No entanto, isso não tem sido muito eficaz, e a Venezuela deveria melhorar sua tradição de diálogo entre as partes.

Dadas as dificuldades apresentadas em 2016, Maduro voltou a levantar a possibilidade de um diálogo com a oposição, de maneira oficial, sem imposição de condições. No entanto, o grupo de mediadores composto pelos ex-presidentes Rodríguez Zapatero (Espanha), Martín Torrijos (Panamá) e Leonel Fernández (República Dominicana), articulados pela secretaria da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), tendo à frente o ex-presidente da Colômbia Ernesto Samper, foi aprovado apenas por Maduro.

De acordo com informações colhidas de diferentes fontes, pode parecer que o governo de Maduro tem um duplo obje-

tivo ao propor o diálogo. Por um lado, evitar a discussão que estava acontecendo e, ao mesmo tempo, fazer frente à Organização dos Estados Americanos (OEA), a respeito do pedido feito pelo secretário-geral da OEA, Luis Almagro, de invocar a Carta Democrática contra o governo de Maduro, alegando que há uma alteração na ordem constitucional que afeta gravemente a democracia na Venezuela; por outro lado, permitir que o atual presidente permaneça no poder até 2019, evitando a realização do referendo revogatório.

A comunidade internacional não pode ignorar a crise venezuelana, e a OEA, novamente, está tomando a frente. Além disso, as mudanças na América do Sul tornam o panorama muito mais complexo para Maduro. De fato, as mudanças de governo na Argentina e no Brasil têm permitido uma mudança geopolítica que não apenas tem chegado à OEA, mas também a órgãos regionais, como o Mercosul e, em certa medida, à Unasul. O exemplo mais claro é a recusa de Brasil, Paraguai e Argentina em transferir a presidência pro tempore do Mercosul à Venezuela.

Além de neutralizar a discussão da OEA, recorrer ao diálogo poderia fazer com que Maduro evitasse o referendo em 2019.

“A atual situação na Venezuela ainda lança muitas dúvidas sobre o seu futuro”

A liderança da oposição tem sido clara ao fomentar a agenda para um possível diálogo. Em primeiro lugar, pelo respeito ao direito constitucional de realizar o referendo revogatório; em segundo lugar, pela libertação dos presos políticos e retorno dos exilados; em terceiro lugar, em respeito à Assembleia Nacional; e, finalmente, pela abertura de um canal humanitário que ajude a aliviar a crise pela falta de alimentos e medicamentos.

A oposição emitiu, no dia 7 de julho, um comunicado estabelecendo várias condições para dar início a um efetivo diálogo que ajude os venezuelanos a sair da atual crise, entre as quais se destacam a ampliação da mediação, incluindo a OEA e o Vaticano, a publicação do cronograma de um referendo revogatório que possa ser realizado em 2016, que destaque a data dos 20% para recolhimento de assinaturas, a libertação dos presos políticos, a partir da chegada do ex-presidente espanhol Rodríguez Zapatero à Venezuela, e o respeito pela Assembleia Nacional em suas atribuições constitucionais.

Até o momento não houve indícios de que o governo vá aceitar essas condições. Se o atual mecanismo estabelecido

nessa exploração do diálogo não mudar, o referendo pode se dar por vencido.

### 3. O QUE VAI ACONTECER NA VENEZUELA? POSSÍVEIS CENÁRIOS

A atual situação na Venezuela ainda lança muitas dúvidas sobre o seu futuro. No entanto, após o último anúncio da CNE, que prevê o recolhimento de assinaturas até o final de outubro, é possível começar a prever vários cenários.

Se a apresentação das assinaturas for marcada para outubro, no caso de ser possível recolher as assinaturas necessárias, o órgão eleitoral teria 15 dias para validá-las e, posteriormente, três dias para convocar o referendo revogatório, que poderia ser realizado em, no máximo, até 90 dias. Esse cenário deixaria ao governo a possibilidade de consumir os 90 dias para levar o processo a 2017, momento em que a presidência seria assumida pelo vice-presidente, caso o presidente seja deposto. De outra maneira, se o referendo acontecer antes de 10 de janeiro de 2017, no caso do presidente Maduro ser afastado, haveria nova eleição e a oposição teria a oportunidade de chegar ao poder; no entanto, se isso acontecer após esta data – na qual se cumpre dois terços do man-

**“À oposição corresponderá exercer uma profunda pressão de cunho pacífico, a fim de gerar as condições necessárias para a celebração do referendo”**

dato de Maduro, que assumiu o cargo em 10 de janeiro de 2013 –, a presidência passa a ser ocupada pelo vice-presidente, em caso de afastamento do presidente.

Embora seja possível indicar uma infinidade de opções e cenários políticos, dada a dinâmica tão convulsionada da política venezuelana, listamos abaixo os possíveis cenários que podem ser desenvolvidos este ano no país.

**CENÁRIO I:  
REALIZAÇÃO DO REFERENDO REVOGATÓRIO OU RENÚNCIA ANTES DE SUA EXECUÇÃO**

A oposição tem pressionado em torno dessa proposta. À medida que se avança nesse processo, mais o governo de Maduro terá dificuldade de detê-la, e se isso acontecer o custo político será muito alto.

Esse cenário só se concretizará se a oposição permanecer coesa e deixar em segundo plano sua luta pela liderança presidencial. À oposição corresponderá exercer uma profunda pressão de cunho pacífico, a fim de gerar as condições necessárias para a celebração do referendo. Esse seria o grande desafio opositor. Até o momento não se viu mobilização suficiente para gerar as condições para que haja o referendo. Nem mesmo houve pressão para exigir a data de recolhimento do porcentual de 20% das assinaturas. Parecia haver começado a

partir da aprovação formal do 1% das assinaturas, o que ocorreu em 2 de agosto. Quanto mais forte e mais decidida for a pressão social, maior incidência terá não apenas para as instituições da Venezuela, mas para parte do “chavismo” e para as Forças Armadas, que poderiam tornar-se facilitadores do mecanismo constitucional.

A comunidade internacional tem entendido que a crise pode impactar toda a região, portanto, defende uma solução eleitoral, e alguns países começaram a se pronunciar em favor da opção do referendo revogatório. Ilustrativo disso são as recentes declarações do presidente dos EUA, Barack Obama, ao lado do primeiro-ministro do Canadá, Justin Trudeau, e o presidente do México, Enrique Peña Nieto, em apoio à necessidade de um referendo e à libertação de prisioneiros políticos. Em junho, uma declaração conjunta dos Ministérios das Relações Exteriores do Uruguai, Chile, Argentina e Colômbia destacou a importância de respeitar o referendo revogatório. Em 1º de agosto, o próprio secretário de Estado dos EUA, John Kerry, na Colômbia, junto ao chanceler colombiano, salientou a necessidade de realização de um referendo oportuno na Venezuela.

Não se descarta a hipótese de que, ante uma bem-sucedida coleta de assinaturas de 20%, será possível avaliar o cenário da re-

**“A explosão social, motivada pela crise ou desencadeada pela decisão do governo para interromper ou retardar o referendo é um cenário que está permanentemente”**

núncia para evitar ser o primeiro presidente retirado do cargo na história da Venezuela – e isso coincidente com o fato de ser o primeiro presidente pós-Chávez.

#### **CENÁRIO 2: EXPLOÇÃO SOCIAL COM OU SEM REFERENDO**

Mesmo que o referendo seja convocado no fim deste ano, a dinâmica política da Venezuela seria muito complexa. Transitar, até dezembro, em meio a uma tempestade econômica não é uma tarefa fácil em um país onde os protestos de rua estão na agenda do dia.

Esse mesmo cenário teria consequências imprevisíveis sem referendo. Os atores políticos poderiam perder o controle sobre as consequências da crise.

Portanto, a explosão social, motivada pela crise ou desencadeada pela decisão do governo de interromper ou retardar o referendo é um cenário que está permanentemente latente na vida política venezuelana e, caso venha a ocorrer, terá consequências imprevisíveis. Esse cenário poderia forçar a saída de Maduro.

#### **CENÁRIO 3: MADURO SEGUE ATÉ 2017**

Algumas facções do “chavismo” avaliam a possibilidade de manter a situação durante este ano, com a intenção de fazer com que o atual presidente continue no comando até 2017 para que, dessa forma, em caso de ausência absoluta, seu vice

assuma a presidência durante o resto do período constitucional, ou seja, até 10 de janeiro de 2019, como previsto pela Constituição venezuelana. Assim, a sucessão do poder estaria nas mãos da “revolução bolivariana”.

Apesar desse cenário, que parte do “chavismo” enxerga como o mais simples, já que não haveria risco de deixar o poder, é certo que 2017 será um ano extremamente difícil economicamente, de modo que, se a população da Venezuela não perceber uma mudança na situação, a instabilidade política se acentuará.

#### **4. CONCLUSÕES**

1. A Venezuela enfrenta uma crise tanto no aspecto político-institucional quanto econômico e social.
2. A popularidade de Maduro continua diminuindo e a rejeição a sua gestão segue crescendo.
3. O “chavismo” se verá mais afetado na medida em que Nicolás Maduro permanecer no poder.
4. A oposição deve entender que a luta pela vaga presidencial deve estar em segundo plano. Além disso, os opositores devem mostrar que não apenas sabem ganhar as eleições, mas podem governar juntos. O grande desafio está na mobilização das ruas de maneira pacífica para alcançar seus objetivos.



**“2017 será um ano extremamente difícil economicamente, de modo que, se a população da Venezuela não perceber uma mudança na situação, a instabilidade política se acentuará”**

5. Questiona-se a evolução da abordagem do diálogo, explorada pelos ex-presidentes Rodríguez Zapatero, Leonel Fernández e Martin Torrijos, com a assistência do secretário da Unasul. Esta só poderá triunfar se as condições estabelecidas pela oposição forem cumpridas: a ampliação da mediação, incluindo a OEA e o Vaticano, o cronograma do Referendo Revogatório em 2016, a libertação de prisioneiros políticos e o respeito dos poderes constitucionais da Assembleia Nacional.
6. A comunidade internacional não pode ignorar a crise venezuelana e esta deve

ser tratada a partir dos vários organismos regionais, particularmente a partir da OEA. O passo dado pelo secretário-geral da OEA, Luis Almagro, invocando a Carta Democrática tem sido importante para a nova gestão internacional. Os novos governos da Argentina e do Brasil geraram uma nova dinâmica na região, que vem romper o bloco bolivariano, mantido há anos.

7. Na Venezuela, há um processo de mudança política irreversível que poderia envolver a destituição do presidente Nicolás Maduro antes da finalização de seu mandato, em 2019.



# S/A LLORENTE & CUENCA

## DIREÇÃO CORPORATIVA

José Antonio Llorente  
Sócio fundador e presidente  
jalloriente@llorenteycuenca.com

Enrique González  
Sócio e CFO  
egonzalez@llorenteycuenca.com

Adolfo Corujo  
Sócio e diretor geral corporativo de  
Talentos, Organização e Inovação  
acorujo@llorenteycuenca.com

Tomás Matesanz  
Diretor geral corporativo  
tmatesanz@llorenteycuenca.com

## DIREÇÃO ESPANHA E PORTUGAL

Arturo Pinedo  
Sócio e diretor geral  
apinedo@llorenteycuenca.com

Goyo Panadero  
Sócio e diretor geral  
gpanadero@llorenteycuenca.com

## DIREÇÃO AMÉRICA LATINA

Alejandro Romero  
Sócio e CEO América Latina  
aromero@llorenteycuenca.com

Luisa García  
Sócia e CEO Região Andina  
lgarcia@llorenteycuenca.com

José Luis Di Girolamo  
Sócio e CEO América Latina  
jldgirolamo@llorenteycuenca.com

## DIREÇÃO DE TALENTO

Daniel Moreno  
Diretor de Talento  
dmoreno@llorenteycuenca.com

Marjorie Barrientos  
Gerente de Talento  
para Região Andina  
mbarrientos@llorenteycuenca.com

Eva Pérez  
Gerente de Talento  
para América do Norte, América  
Central e Caribe  
eperez@llorenteycuenca.com

Karina Sanches  
Gerente de Talento para  
Cone Sul  
ksanches@llorenteycuenca.com

## ESPAÑA E PORTUGAL

### Barcelona

María Cura  
Sócia e diretora geral  
mcura@llorenteycuenca.com

Muntaner, 240-242, 1º-1ª  
08021 Barcelona  
Tel. +34 93 217 22 17

### Madrid

Joan Navarro  
Sócio e vice-presidente  
Assuntos Públicos  
jnavarro@llorenteycuenca.com

Amalio Moratalla  
Sócio e diretor sénior  
amoratalla@llorenteycuenca.com

Luis Miguel Peña  
Sócio e diretor sénior  
lmpena@llorenteycuenca.com

Latam Desk  
Claudio Vallejo  
Diretor senior  
cvallejo@llorenteycuenca.com

Lagasca, 88 - planta 3  
28001 Madrid  
Tel. +34 91 563 77 22

Ana Folgueira  
Diretora geral de Impossible Tellers  
ana@impossibletellers.com

Impossible Tellers  
Diego de León, 22, 3º izq  
28006 Madrid  
Tel. +34 91 438 42 95

### Lisboa

Madalena Martins  
Sócia  
mmartins@llorenteycuenca.com

Tiago Vidal  
Diretor geral  
tvidal@llorenteycuenca.com

Avenida da Liberdade nº225, 5º Esq.  
1250-142 Lisboa  
Tel. + 351 21 923 97 00



Sergio Cortés  
Sócio. Fundador e presidente  
scortes@cink.es

Calle Girona, 52 Bajos  
08009 Barcelona  
Tel. +34 93 348 84 28

## EUA

### Miami

Erich de la Fuente  
Sócio e diretor geral  
edela Fuente@llorenteycuenca.com

600 Brickell Ave.  
Suite 2020  
Miami, FL 33131  
Tel. +1 786 590 1000

### Nova Iorque

Latam Desk  
Adriana Aristizábal  
Consultora sénior  
aaristizabal@llorenteycuenca.com

277 Park Avenue, 39th Floor  
New York, NY 10172  
Tel. +1 917 833 0103

### Washington, DC

Ana Gamonal  
Diretora  
agamonal@llorenteycuenca.com

10705 Rosehaven Street  
Fairfax, VA 22030  
Washington, DC  
Tel. +1 703 505 4211

## MÉXICO, AMÉRICA CENTRAL E CARIBE

### Cidade do México

Juan Rivera  
Sócio e diretor geral  
jrivera@llorenteycuenca.com

Av. Paseo de la Reforma 412, Piso 14,  
Col. Juárez, Del. Cuauhtémoc  
CP 06600, Cidade do México  
Tel. +52 55 5257 1084

### Havana

Pau Solanilla  
Diretor geral para Cuba  
psolanilla@llorenteycuenca.com

Lagasca, 88 - planta 3  
28001 Madrid  
Tel. +34 91 563 77 22

### Panamá

Javier Rosado  
Sócio e diretor geral  
jrosado@llorenteycuenca.com

Av. Samuel Lewis  
Edifício Omega - piso 6  
Tel. +507 206 5200

### Santo Domingo

Iban Campo  
Diretor geral  
icampo@llorenteycuenca.com

Av. Abraham Lincoln 1069  
Torre Ejecutiva Sonora, planta 7  
Tel. +1 809 6161975

## REGIÃO ANDINA

### Bogotá

María Esteve  
Diretora geral  
mesteve@llorenteycuenca.com

Carrera 14, # 94-44. Torre B - of. 501  
Tel. +57 1 7438000

### LIMA

Luisa García  
Sócia e CEO Região Andina  
lgarcia@llorenteycuenca.com

Humberto Zogbi  
Presidente  
hzogbi@llorenteycuenca.com

Av. Andrés Reyes 420, piso 7  
San Isidro  
Tel. +51 1 2229491

### Quito

Alejandra Rivas  
Diretora geral  
arivas@llorenteycuenca.com

Avda. 12 de Octubre N24-528 y  
Cordero - Edificio World Trade  
Center - Torre B - piso 11  
Tel. +593 2 2565820

### Santiago de Chile

Claudio Ramírez  
Sócio e gerente geral  
cramirez@llorenteycuenca.com

Magdalena 140, Oficina 1801.  
Las Condes.  
Tel. +56 22 207 32 00

## AMÉRICA DO SUL

### Buenos Aires

Pablo Abiad  
Sócio e diretor geral  
pabiad@llorenteycuenca.com

Daniel Valli  
Diretor sénior de Desenvolvimento  
de Negócios Cone Sul  
dvalli@llorenteycuenca.com

Av. Corrientes 222, piso 8. C1043AAP  
Tel. +54 11 5556 0700

### Rio de Janeiro

Yeray Carretero  
Diretor executivo  
ycarretero@llorenteycuenca.com

Rua da Assembleia, 10 - Sala 1801  
RJ - 20011-000  
Tel. +55 21 3797 6400

### São Paulo

Marco Antonio Sabino  
Sócio e presidente Brasil  
masabino@llorenteycuenca.com

Juan Carlos Gozzer  
Diretor geral  
jgozzer@llorenteycuenca.com

Rua Oscar Freire, 379, Cj 111,  
Cerqueira César SP - 01426-001  
Tel. +55 11 3060 3390



## **d+i** desenvolvendo ideias

LLORENTE & CUENCA

**Desenvolvendo Ideias** é o Centro de Ideias, Análise e Tendências da LLORENTE & CUENCA.

Porque estamos testemunhando um novo modelo macroeconômico e social. E a comunicação não fica atrás. Avança.

**Desenvolvendo Ideias** é uma combinação global de relacionamento e troca de conhecimentos que identifica, se concentra e transmite os novos paradigmas da comunicação a partir de uma posição independente.

**Desenvolvendo Ideias** é um fluxo constante de ideias que adianta os avanços da nova era da informação e da gestão empresarial.

Porque a realidade não é preta ou branca existe

**Desenvolvendo Ideias.**

[www.desenvolvendo-ideias.com](http://www.desenvolvendo-ideias.com)

[www.revista-uno.com](http://www.revista-uno.com)